REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 1

REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO NITERÓI
ANO 1 - JAN/JUN DE 2005
ISSN 1980-9018

Cidades Industriais e Cidades Pós-Industriais: Breve Análise Bibliográfica do Tema

Industrial end Postindustrial Cities: Short Bibliography Analysis about the Theme

Apreender as relações entre a evolução dos sistemas produtivos e a reestruturação urbana implica a compreensão da emergência de novas espacialidades, considerando os vários aspectos que nelas interagem. Sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, vimos, neste trabalho<1>, uma oportunidade para a realização de uma síntese de algumas contribuições teóricas que, do nosso ponto de vista, lançam importantes luzes para seu aprofundamento.

O tema será introduzido com uma problematização do termo "pós-industrial". Identificando o termo "pós" com uma situação de rupturas, chamaremos atenção para a existência, na atualidade, de uma dialética entre continuidades e descontinuidades no processo e nas formas organizativas das cidades em sua relação com a produção.

Com base em Soja, levantaremos aspectos de quatro períodos de evolução do urbano que nos informam sobre características das cidades industriais. Discutiremos as principais características do modelo de produção fordista, das formas contemporâneas de produção flexível e da organização social correspondente a esses modelos, enfatizando o papel do Estado na regulação da vida e do urbano e os impactos na organização territorial urbana.

Apresentaremos aspectos condicionantes da formação de novas espacialidades urbanas na atualidade, enfatizando as principais características das modalidades de cidades categorizadas por alguns autores como "cidades pós-industriais".

A organização da cidade industrial.

Gostaríamos de iniciar a discussão do tema deste artigo atentando para as armadilhas nele contidas. Falamos do termo "cidades pós-industriais" que, se for expressão de uma realidade, e não apenas um modismo, terá como pressuposto a idéia de que a sociedade industrial foi superada por outra, de outro tipo, com nova organização do processo produtivo, das relações sociais de produção e, por conseguinte, da organização territorial.

Falar em "pós" significa falar em ruptura e achamos que a análise da organização espacial, na atualidade, nos coloca diante de um processo dialético entre continuidades e descontinuidades. Isto nos aponta que o termo "reestruturação territorial" talvez seja mais apropriado para expressar as modificações espaciais que podemos observar, na atualidade, em face do impacto de uma reestruturação industrial em curso.

O Autor

Floriano José Godinho de Oliveira
Doutor em Geografia na USP e Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ)

Resumo

O texto pretende expor algumas referências para a compreensão da cidade contemporânea como resultante de um processo histórico de formação das forças produtivas e como é refletido no espaço. Procura, igualmente, não isolar a estrutura, como se fosse uma totalidade em si mesma, mas associá-la às formas e funções que a cidade assume na atualidade.

Palavras-Chave

Cidade e industrialização. Urbanização e indústria.

Abstract

The text intends to display some references for the understanding of the city contemporary as a result of a historical process of the productive forces'formation and how it is reflected on the space. Seek, equally, not to isolate the structure, as it was a totality in same itself, but to

As reflexões de Soja (1993) sobre a evolução da forma urbana nos auxiliam na identificação de elementos essenciais para caracterizar as cidades industriais. Soja destaca, em quatro períodos, os aspectos da organização sócio-espacial das cidades que mais expressam o processo de organização e de mudanças no processo produtivo em cada momento.

No primeiro período, de 1830 a 1870, Soja caracteriza a organização da cidade como "Cidade Mercantil". Eram pequenos e densos núcleos comerciais, com relações calcadas na pequena produção de mercadoria, no comércio internacional e numa industrialização limitada. Daí uma distribuição territorial na qual se observava, com freqüência, a existência de focos urbanos localizados em áreas costeiras, com uma cidade portuária razoavelmente próxima de pequenos centros manufatureiros industriais. O capital comercial se apresentava concentrado nesses pequenos núcleos urbanos, cujas principais funções eram o controle social, a acumulação comercial e a administração política. É nesses pequenos núcleos que se observa uma progressiva aglomeração da produção industrial.

No segundo período, de 1870 até os primeiros anos deste século, a cidade foi classificada como "Cidade Capitalista Industrial da Livre Concorrência". Nesta fase, amplia-se a concentração geográfica, a localização centralizada e a aglomeração torna-se mais densa. Acontece, ali, a expansão dos três elementos característicos do capitalismo industrial de livre concorrência: as fábricas industriais e os serviços associados dos produtores, a burguesia industrial e o novo proletariado urbano.

Surge um meio ambiente construído na forma de zonas de anéis residenciais e setores radiais, ligados em rede para permitir menores viagens cotidianas para o trabalho. Ali, verifica-se a intensificação das formas capitalistas de produção, pela concentração crescente do Capital, na forma de monopólios empresariais e pela crescente internacionalização expansiva do capital financeiro. Já se evidencia, nesta fase, uma maior intervenção do Estado na economia, especialmente através da administração fiscal e monetária e da iniciação do planejamento econômico urbano.

No terceiro período de evolução da cidade industrial, a partir de 1920 até o final da II Guerra, consolida-se uma nova geografia em algumas cidades, categorizadas, por Soja, como "Cidade Capitalista do Monopólio Empresarial". A produção industrial tornou-se menos concentrada em torno do centro da cidade, a medida que as fábricas se espalharam pelos antigos anéis residenciais internos e por centros industriais satélites. Observa-se uma expansão metropolitana, com a paisagem urbana se estendendo por uma área muito mais vasta como também se rompendo em muito mais setores.

Intensificam-se os mesmos processos que haviam caracterizado a segunda fase de reestruturação: maior centralização, concentração e internacionalização do capital empresarial; maior segmentação do trabalho, baseada numa organização modificada do processo de produção; maior fragmentação política urbana e desaglomeração das comunidades da classe trabalhadora, além de um papel ainda mais importante do Estado no fomento da acumulação e na manutenção de uma disciplina trabalhista legitimada.

No quarto período, identificado a partir da II Guerra Mundial, Soja chama a atenção para as "Cidades Administradas pelo Estado Fordista". Esta fase é a mais plena do desenvolvimento da cidade industrial, na medida em que conheceu o mais intenso aprimoramento dos processos produtivos. Nesta fase, coube ao Estado o papel de grande financiador do desenvolvimento e de regulador do espaço e da vida social. Mas a compreensão da cidade industrial, neste período, deve ter por base uma maior elucidação do modelo fordista de produção.

Fordismo e o desenvolvimento da cidade industrial.

associate it it the forms and functions that the city assumes in the present time.

Keywords
City and industrialization. Urbanization and industry.

Nas três primeiras fases caracterizadas por Soja, podemos destacar, no sistema produtivo, o que Santos (1996,p.188) classifica como meio técnico. Isto significa que o desenvolvimento das atividades produtivas estava associado à potencialização do maquinário desenvolvido e que o aumento de produtividade ocorria, sobretudo, por mecanismos organizacionais da produção. Aqui, destacam-se três aspectos que merecem estudos mais aprofundados.

Em primeiro lugar, o sistema produtivo fordista. Segundo Harvey (1994), a instituição simbólica do fordismo realizou-se através da iniciativa de Henry Ford, em 1914, ao introduzir o dia de 8 horas e cinco dólares de recompensa para os trabalhadores da linha de montagem. Ford, portanto, pode ser considerado pioneiro na montagem de um sistema produtivo que visava o aumento da produtividade e, correlativamente, o aumento dos salários, permitindo consolidar uma sistema de produção e consumo de massa. Segundo Tavares (1994), consumo de massa implica, por outro lado, produção em massa, produtos standartizados.

Esse modelo, no entanto, não se refere apenas a um processo mais organizado de ampliação da produção e do consumo. Conforme Frigotto (1995), (i) o modelo fordista de produção implica, numa forma de organização do trabalho fundada em bases tecnológicas que se pautam por um refinamento do sistema de máquinas de caráter rígido, com divisão específica do trabalho, um determinado patamar de conhecimento e de composição da força de trabalho; (ii) um determinado modo de regulação social que compreende a base ideológico-política de produção de valores, normas, instituições que atuam no plano do controle das relações sociais gerais, dos conflitos intercapitalistas e nas relações capital-trabalho.

O segundo aspecto a ser destacado é que esse novo processo de organização da produção foi associado aos princípios da chamada administração científica, desenvolvida por Taylor, “na qual se destacava o estudo de tempos e movimentos, permitindo subdividir ao máximo as atividades, possibilitando o emprego extensivo de mão-de-obra não qualificada. A nova organização do trabalho separava as funções de concepção (administração, pesquisa e desenvolvimento etc.) das funções de produção. Ou seja, rígida divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual” (Tavares, 1994)

Por fim, destacamos que esses novos sistemas produtivos são potencializados, no plano da regulação, pela instituição, na década de 1930, da noção de planejamento econômico por parte do Estado. Trata-se da consolidação das teses Keynesianas que postulam a intervenção do Estado na economia, como forma de evitar o colapso total do sistema capitalista, bem como na caracterização do chamado “Estado do Bem-Estar Social”, que desenvolve políticas sociais que visam à estabilidade no emprego, políticas de rendas com ganhos de produtividade e de previdência social, incluindo seguro desemprego, direito à educação etc.

Com a intervenção do Estado também na esfera produtiva, através da produção de infra-estrutura econômica e social, o Poder Público destina o fundo público ao financiamento da acumulação de capital e da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais (Oliveira,1988, p.8).

A partir de meados da década de 70, no entanto, o modelo de desenvolvimento fordista entra abertamente em crise. Destaca-se, então, uma reestruturação no sistema produtivo com forte implicação na espacialidade urbana. Trata-se da recuperação do sistema produtivo através da introdução de um novo modelo de produção que incorpora os enormes avanços da informática, da telecomunicação e dos meios de transportes na produção.

Ao contrário do modelo fordista – em que a produção era centralizada, o operário especializado e a empresa responsável por todo o sistema produtivo - a recuperação da crise vivenciada na década de 70 é buscada

através de uma flexibilização da produção, envolvendo a verticalização da produção, a diversificação permanente de produtos e mercados consumidores e a terceirização das partes complementares do processo de produção.

A acumulação flexível

A acumulação flexível é caracterizada pela maior flexibilidade nos domínios dos métodos de produção, dos contratos de trabalho, da fixação dos salários, das relações interempresas e se caracteriza por: (i) larga utilização da eletrônica e das tecnologias da informação para substituir o trabalho humano; (ii) maior autonomia entre as diferentes partes de uma organização produtiva e, conseqüentemente, maiores possibilidades de combinações; (iii) maior flexibilidade no controle do capital, devido a uma maior articulação do capital industrial com o capital financeiro; (iv) modificações significativas nas relações de trabalho e emprego, seja na esfera da organização interna do trabalho, seja nas relações de contratação no mercado de trabalho - emprego de trabalhadores permanentes, polivalentes, adaptáveis, flexíveis e, se necessário, geograficamente móveis; (v) flexibilização nos modos de consumo através de um processo de maior diferenciação dos produtos, de aceleramento da inovação na produção e de encurtamento do ciclo de vida dos produtos; e, (vi) redução da intervenção do Estado nos domínios econômico e social, sem tocar nos domínios da defesa nacional e da ordem pública.

"Cidades Pós-Industriais" ou novas territorialidades da produção?

As modificações em curso, tal como as características urbanas dos períodos anteriormente apresentados, guardam relações profundas com as modificações observadas no sistema produtivo. Mas assentam-se, igualmente, no fato de que as modificações do sistema produtivo não nos permitem afirmar a existência de um "novo sistema", não-industrial.

Certamente, é importante destacar o surgimento de novas espacialidades urbanas, com distinções marcantes em relação aos padrões determinantes anteriormente apresentados, do ponto de vista da organização interna dessas espacialidades e das relações nelas estabelecidas, bem como do ponto de vista da distribuição dessas cidades no espaço e das relações entre elas.

Não se trata, porém, de identificarmos que novas espacialidades coexistem, na atualidade, com velhas formas que seriam devidas aos resquícios de um sistema superado. Trata-se, na verdade, de identificarmos, no presente, um sistema que perdura e se reafirma através de uma reestruturação que não rompe com alguns dos elementos relevantes na sua caracterização.

Quais são os elementos que nos permitem identificar uma nova referência organizativa de cidades? Precisamos considerar, inicialmente, algumas transformações essenciais na base técnica do processo produtivo. A I e a II Revoluções Industriais, referenciadas, respectivamente, aos períodos de 1780 a 1840 e de 1860 a 1910, podem ser caracterizadas por uma base técnica que incorporou na máquina a força física do trabalho humano, ampliando-a brutalmente.

Nessas duas Revoluções Industriais, a localização das indústrias bem como o traçado dos fluxos comerciais eram determinados por aspectos de uma organização econômica que se devia tanto à localização dos recursos naturais - matérias primas e fontes de energia - quanto às condições de infra-estrutura e de estabelecimento de relações comerciais, resultando numa concentração de indústrias nos aglomerados urbanos, nos próprios centros de poder político-administrativo.

Já na chamada III Revolução Industrial, a partir da década de 50 deste século, o que a nova base técnica incorpora são as capacidades mentais, intelectuais, ampliando-as de forma fantástica. As mudanças, agora

demarcadas pela micro-eletrônica associada à informática, a microbiologia e a engenharia genética, possibilitam a criação de matéria-prima, de novas formas de energia e de formas extremamente ágeis de comunicação. Da mesma forma, essas novas tecnologias não mais se assentam numa maquinaria pesada e fixa. Daí que, modificadas as condições de produção, modificam-se os circuitos espaciais de produção: a interligação das diversas etapas do processo produtivo - do acesso à matéria-prima e à produção energética às relações de negociação, distribuição e escoamento da produção - não depende mais das mesmas condições de organização territorial da produção.

Isto, associado a outros aspectos da organização social e das relações de produção, modifica a necessidade de localização das grandes indústrias de alta tecnologia no perímetro urbano das grandes cidades.

Emergem, então, como novas referências de organização espacial da indústria e das relações capitalistas, por um lado, as chamadas cidades "pós--industriais", ou tecnopólos<2> , e, por outro, as "cidades globais".

Conforme Pires:

"...a estratégia de implantação da alta tecnologia no espaço tem privilegiado os territórios onde as relações de trabalho estão em formação (...) onde as organizações sindicais têm menor expressão, e onde as possibilidades de exploração e disciplinarização da força de trabalho parecem atender as exigências de performance dessas indústrias." (p.82)

Para além desses aspectos, outro condicionante dessa nova modalidade de espacialidade urbano-industrial é a necessidade de proximidade entre a produção do conhecimento e a sua aplicação.

Com base em Lima (1991,p.23-24) e Benko (1996,p.154), podemos caracterizar os tecnopólos por: (i) presença de institutos e laboratórios de pesquisas básicas destinadas ao sistema produtivo industrial; (ii) existência de instituições formadoras de mão-de-obra qualificada de nível técnico e superior; (iii) um eficaz sistema de telecomunicações, capaz de atender as trocas de informação com o mundo, de estocar dados e renová-los; (iv) presença de alguns grupos industriais com determinada força política e militar; (v) boas instalações de serviços, com instituições financeiras e de prestação de serviços especializados, como atividade de engenharia, marketing etc; (vi) facilidade de acesso a serviços econômicos, culturais e sociais.

De outro lado, de acordo com Sassem (1993,p.188), algumas cidades vieram concentrar tão vastos recursos e uma influência tão marcada de indústrias de liderança que acabaram por criar a possibilidade de um novo tipo de urbanização, de uma nova cidade, a qual é chamada de "Cidade Global". Na concepção dos autores que adotam tal categorização, são cidades que deixam de ser propriamente industriais e assumem, mais exclusivamente, a condição de cidade financeira e de controle do processo industrial em diferentes pontos do mundo. Nessa concepção, essas cidades, cada vez mais, como centros financeiro e de comunicação, se tornam cidades duais: só incorporam os técnicos gestores do sistema financeiro e produtivo mundial e as classes subalternas que estarão a serviço da construção de uma infra-estrutura social, cultural, de entretenimento, serviços etc.

(In)conclusões

O que podemos observar, a partir desta breve revisão bibliográfica, é que as cidades têm um dinamismo que dialoga com as modificações engendradas no sistema produtivo. Tal sistema, ao se reestruturar, incorporando os novos padrões tecnológicos, reestrutura, também, as condições nas quais as relações e as formas de organização do espaço urbano são tecidas. Assim,

cidades em que se desenvolvem atividades econômicas com um maior grau de especialização, por incorporar alta tecnologia, ou em que o setor financeiro assume uma centralidade por coordenar importantes aspectos de gestão financeira, pesquisa e marketing, não são, ao nosso ver, cidades de um novo tipo, que se estruturam sobre um novo processo de acumulação ampliada de capital, para além do industrial. Em primeiro lugar, porque, nelas, todas as contradições do modelo urbano-industrial que a estruturou são visíveis e em permanente agravamento. Em segundo, porque não se pode compreender o espaço urbano, a cidade, somente pelo grau de especialização de um determinado setor produtivo ou responsável pela gestão financeira, em qualquer escala territorial, como estruturador de um espaço que é resultante de múltiplas e variáveis determinações.

Para finalizar, podemos problematizar essas questões pela analise da maior expressão urbana do Brasil: a cidade de São Paulo. Segundo a classificação propostas por Sassem, São Paulo é considerada como 'Cidade Global, ainda que de 3ª grandeza', por ser o mais importante centro financeiro da América Latina. Sabemos, no entanto, que isso não significa a superação de nenhum de seus problemas estruturais, problemas estruturais estes que são um importantíssimo referencial para a compreensão da cidade. Diante disto, como pensar a cidade de São Paulo como "pós qualquer coisa" sem suprimir aspectos gestados em outros momentos, mas incorporados e redimensionados como parte atuante da atualidade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENKO, George. Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1989.

LIMA, Luiz Cruz. "Tecnopólo: Uma Forma de Produzir na Modernidade Atual". In: Geografia, Território e Tecnologia. Revista Terra Livre, nº 9, Pág.19-40, São Paulo: Ed. Marco Zero – AGB, Jul / dez de 1991.

PIRES, Hindenburgo F. "As Metamorfoses Tecnológicas do Capitalismo no Período Atual". In. Geografia, Território e Tecnologia. Revista Terra Livre, nº 9, Pág.57-89, São Paulo, Ed. Marco Zero – AGB, Jul / dez de 1991.

PRETECEILLE, Edmond. "Cidades Globais e Segmentação Social" Pág. 65-89. In. RIBEIRO & JUNIOR (org.) Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.

SASSEM, Saskie. "A Cidade Global" In. LAVINAS et alli (org.) Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1993.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço - Técnica e Tempo / Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas - A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TAVARES, Hermes Magalhães. "Inovações Tecnológicas e Suas Implicações Territoriais" (s/ref. bibliogr.)

1 - Este texto foi originalmente elaborado como base para participar do Concurso Público de Provas e Títulos do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1997.

2 - "A reunião, num mesmo lugar, de atividades de alta tecnologia, centros de pesquisa, empresas e universidades, assim como de organismos financeiros que facilitem os contatos pessoais entre esses meios, produz efeito de sinergia de que podem surgir idéias novas, inovações técnicas, suscitando portanto criações de empresas" (Laffitte, apud Benko, 1996,p.154).